

Ensaio

Sociedade, educação, estado e poder: quantas relações/revelações temos nesse porvir?

Society, education, state and power: how many relationships/revelations do we have in this for coming?

Sociedad, educación, estado y poder: ¿cuántas relaciones/revelaciones tenemos en este por venir?

**Vinício Carrilho Martinez¹
João Paulo Laranjo Velho²
Vinícius Alves Scherch³**

Resumo

Trata-se de um ensaio produzido a partir de muitos anos de ensino em disciplinas envolvidas dos conceitos de Estado, Ciência e Teoria Política, Teorias do Estado, Educação e Sociedade e Sociologia da Educação – muitas das quais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Como os desdobramentos de tais articulações são infinitos, neste ensaio, traremos tão somente um exemplo de possibilidade que se observa em tratamento interdisciplinar. Nosso destaque, neste momento, recai sobre uma análise que propomos inicialmente aos alunos de graduação, acerca de relações globais entre Educação e Sociedade – disciplina ofertada no Departamento de Educação – na 1ª parte do texto; uma justificativa de outra disciplina (Educação, Estado e Poder) oferecida no mesmo departamento, na 2ª parte; além de um possível tratamento teórico-conceitual da tipologia do próprio Estado (3ª parte).

Abstract

This is an essay produced from many years of teaching in subjects involving the concepts of State, Science and Political Theory, Theories of the State, Education and Society and Sociology of Education - many of which at the Federal University of São

1Professor Associado IV (Dr.) do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos. Pós-Doutor em Ciência Política e em Educação - UNESP/Marília. Possui graduação em Direito (1988) e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1989); mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2005); mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996); doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo - FEUSP (2001) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP-Marília (2010); Pós-Doutorado em Educação, desenvolvido junto ao Departamento de Administração e Supervisão Escolar da UNESP, Campus de Marília; Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista/Marília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0593-0544>. E-mail: vinicio@ufscar.br

2 Pós- Dr. Educação- UFSCar -2021/2022. Pós- Doutorando - UPE- 2023/2024. Dr. Ciências da Educação- FICS/ UFAL. Mestre em Educação Ambiental- FURG. Esp. Educação Brasileira- FURG. Esp. Gestão Ambiental Municipal- FURG. Esp. Tec. da Informação e Comunicação na Educação- FURG. Graduado em Ciências e Química- FURG. Professor UNIVALE e UNIARP. Pesquisador UPE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3743-3868>. E-mail: joaopaulolaranjovelho@ufscar.br.

3 Doutor em Ciência, Tecnologia e Sociedade na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (2019). Especialista em Administração Pública pela Unicesumar (2014), em Direito e processo do Trabalho pela Unopar (2015) e em Direito Constitucional Contemporâneo pelo IDCC (2018). Graduado em Gestão Pública pela Unopar (2015) e em Direito pela Faculdade Cristo Rei (2010). Professor de Direito. Advogado. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0593-0544>. E-mail: vinicius.scherch@estudante.ufscar.br



Carlos (UFSCar). As the ramifications of such articulations are infinite, in this essay, we will only bring one example of a possibility that is observed in interdisciplinary treatment. Our emphasis, at this point, falls on an analysis that we initially propose to undergraduate students, about global relations between Education and Society – a subject offered at the Department of Education – in the 1st part of the text; a justification of another subject (Education, State and Power) offered in the same department, in the 2nd part; in addition to a possible theoretical-conceptual treatment of the typology of the State itself (3rd part).

Resumen

Este es un ensayo producido a partir de muchos años de enseñanza en materias que involucran los conceptos de Estado, Ciencia y Teoría Política, Teorías del Estado, Educación y Sociedad y Sociología de la Educación, muchas de ellas en la Universidad Federal de São Carlos (UFSCar). Como las ramificaciones de tales articulaciones son infinitas, en este ensayo solo traeremos un ejemplo de una posibilidad que se observa en el tratamiento interdisciplinario. Nuestro énfasis, en este punto, recae en un análisis que proponemos inicialmente a los estudiantes de grado, sobre las relaciones globales entre Educación y Sociedad –materia impartida en el Departamento de Educación– en la 1ª parte del texto; una justificación de otra materia (Educación, Estado y Poder) ofrecida en el mismo departamento, en la 2ª parte; además de un posible tratamiento teórico-conceptual de la tipología del propio Estado (3ra parte).

Palavras-chave: Educação, Sociedade, Estado, Poder.

Keywords: Education, Society, State, Power

Palabras claves: Educación, Sociedad, Estado, Poder.

Breves considerações iniciais

Esse ensaio é produto de alguma história de experimentação acadêmica e reconduz a uma visão de mundo esclarecida, no sentido de ser clara para o autor: a bricolagem não é uma fantasia, mas um método criativo. A experimentação dos argumentos aqui reunidos, de forma geral, está no manejo da bibliografia geral e autoral – por ali se veem as interfaces. De modo bem específico, é preciso ressaltar que o conteúdo aqui resumido já foi intentado em sala de aula – num tipo de sociologia de sala de aula –, tanto em disciplinas quanto em cursos de extensão. Muitas foram atribuições presenciais, e algumas das iniciativas firmaram-se a partir de 2020, isto é, remotamente, no andar da pandemia. Isto condiz, por exemplo, com a criação de um canal no Youtube que já conta com mais de 800 inscrições, ultrapassando a marca de 17 mil visualizações. Ali estão conteúdos dirigidos ao que se denomina de “popularização da ciência”.

1. Educação e sociedade: um leade para o dilema nacional

O que é educação? O que é sociedade? Essas parecem perguntas triviais, porém são de extrema complexidade. Nada é limitado na sociedade moderna (a não ser os recursos naturais e éticos); tudo é menos complexo do que a educação na *Modernidade Tardia*.

Há uma ligação óbvia entre educação e sociedade, mas as questões relativas a “o que”, “como”, “com quem”, “onde”, “quando” e “para que”

resultantes dessa ligação não são conexões simples de se apontar. Por exemplo: O que é **Educação Libertária** (até mesmo desescolarizada), na sociedade de classes?

Nesse caso, não teve mais efeito, historicamente, a **Educação Funcionalista** aplicada à reprodução da sociedade de classes? Ademais, se queremos modificar as bases sociais da sociedade brasileira, não seria necessário – no tom de obrigatório, pela lógica – entender o que implica o funcionalismo/positivismo na **Educação Popular**? Aqui, inclusive, já surgem outros questionamentos: o que é Educação Popular? Toda **Educação Pública** é popular – e vice-versa?

O fato de termos muitas perguntas, inicialmente, também não são ocasionais: trata-se do objetivo e da metodologia. O objetivo é ganhar distância do senso comum. Aliás, diga-se, perguntas sem respostas prontas, fáceis, implicam leitura, investigação teórica e prática, vivência, entendimento, análise, reflexão, avaliação e aprendizagem.

Todas essas fases são críticas e devem ser vistas de modo radical. São críticas em dois sentidos: i) A educação no Brasil vive em situação crítica (caótica); por isso, ii) exige de nós uma reflexão crítica, por oposição a uma educação passiva e acomodada, contemplativa do descalabro social. Logo, sendo crítica, será uma **Educação Radical**, ou seja, observaremos algumas raízes de um dos maiores problemas nacionais: a educação que não alfabetiza e muito menos transforma a realidade.

De todo modo, não é visível (a olho nu) que cresce rapidamente a clivagem social em nosso país? Essa clivagem – separação e segregação social – é justamente um resultado da luta de classes. Não seria ela, então, um atentado à humanidade, se confrontada aos níveis mínimos e necessários à interação social? Além da indignidade que sobra, de milhões de pessoa expostas à indigência humana, a luta de classes, no nível em que está, não afeta diretamente a possibilidade de socialização?

Sem socialização, na indigência, só se socializa a miséria. Como, então, imaginar a sociabilidade? Sem socialização primária (na casa, na família ou nos grupos sociais), e desprezadas as exceções, a **Educação Formal** – escolar, mas nem sempre **Educação Bancária** – terá sentido real? Essas dúvidas não conclamam por uma **Educação Republicana**? Contudo, como falar em **Educação para a Democracia**, se não distribuirmos as condições objetivas da democracia social?

Dados recentes da realidade nacional – tanto do Judiciário quanto do Executivo – apontam para sérios danos à laicização do ensino. Mas o que vem a ser a **Educação Laica**? Ao menos nesse sentido – em comunhão à ideia de tolerância –, a **Educação Liberal** não deveria ser relida? Como propor uma **Educação para a Modernidade**, quando enfrentamos graves contradições do passado reticente? Desse modo, se são problemas ou enfrentamentos históricos, a **Educação para a Liberdade** – como uma fase da **Educação Histórica e Crítica** – não condiz com a **Educação Socialista** (agora, socializando a riqueza)?

Será possível a **Educação para o Futuro** num país em que tradições, privilégios, contradições e divisões de classe – tão fortes que se assemelham a estamentos (ou castas sociais) – afirmam que a tecnologia é coisa demoníaca e que a Política (Polis) pertence aos corruptos? Por fim, essas não são provas da urgência de uma **Educação Política**?

Todas essas variáveis apontadas em negrito (como adjetivações) são, em suma, tipos (“escolas” ou subdivisões) de uma **Educação em Direitos Humanos** – que a realidade exige, veementemente, mas que a cultura, o Direito, as bases materiais e a economia teimam em negar e assim excluir a imensa maioria do povo. Como nada vem de presente, trata-se da intermitente *Luta Pelo Direito* (à educação), como parte da secular luta política derivada da feroz luta de classes. Portanto, pensar em Educação Política, obrigatoriamente, nos leva ao encontro da própria *condição política*.

2. A política humaniza – essa é a condição da Política (Polis)

Todos “nós nascemos há dez mil anos” – como está dito na música de Raul Seixas –, sem exceção para nós que somos videntes do Outro (ou não), simplesmente porque somos criaturas herdeiras do *Homo sapiens sapiens*. Foi no Período Neolítico⁴ (há dez mil anos) que nos tornamos humanos efetivamente, quando descobrimos e sintetizamos a interação social na forma da convivialidade e da organização social, quando tivemos consciência de nós mesmos e dos outros.

Nossos espelhos e máscaras sociais se refinaram, aprofundaram-se em subjetividade e objetividade. Há dez mil anos, nós criamos a Política, a Arte e a técnica elaborada. Mais ou menos três séculos depois, nós construímos as primeiras formas de política centralizada, estruturada (institucionalizada), na forma do Estado Antigo – o que corresponde hoje às designações dos Estados Sumérios e ao Vale do Úr⁵. Historicamente, o Estado remonta à Suméria, atual Iraque (7000 a.C.). As primeiras formas de Estado (o chamado Estado Antigo) eram baseadas exatamente na exploração da explosão da violência, a fim da conquista e da dominação (com penalidades igualmente lastreadas em repressão e violência)⁶.

De qualquer modo, foi há dez mil anos que tivemos início, em uma jornada infinita para toda a Humanidade. Obviamente, Raul Seixas tinha essa compreensão ao compor sua linda e reveladora canção. Há dez mil anos, nós criamos o que se pode chamar de inteligência inventiva, racional e interativa – efetivamente. Conhecemos o que somos, em espécie, até hoje: uma espécie inventiva de si, dos seus “lugares”, de suas singularidades postas diante das necessidades. Por exemplo, é do Neolítico a técnica da descoberta e da reinvenção de significados efetivos, operacionais, objetivos que atribuímos às

4 “O pensamento mágico não é uma estreia, um começo, um esboço, a parte de um todo ainda não realizado; ele forma um sistema bem articulado; independente, nesse ponto, desse outro sistema que constitui a ciência, salvo a analogia formal que os aproxima e que faz do primeiro uma espécie de expressão metafórica do segundo [...] Foi no período neolítico que se confirmou o domínio do homem sobre as grandes artes da civilização: cerâmica, tecelagem, agricultura e domesticação de animais. Hoje ninguém mais pensaria em explicar essas conquistas imensas pela acumulação fortuita de uma série de achados feitos por acaso ou revelados pelo espetáculo passivamente registrado de determinados fenômenos naturais [...] O homem do neolítico ou da proto-história foi, portanto, o herdeiro de uma longa tradição científica [...] O paradoxo admite apenas uma solução: é que existem dois modos diferentes de pensamento científico, um e outro funções, não certamente estádios desiguais do desenvolvimento do espírito humano, mas dois níveis estratégicos em que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico – um aproximadamente ajustado ao da percepção e ao da imaginação, e outro descolado; como se as relações necessárias, objeto de toda ciência, neolítica ou moderna, pudessem ser atingidas por dois caminhos diferentes: um muito próximo da intuição e outro mais distanciado” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 28-30).

5 O primeiro Estado de que se tem notícia tem origem no Vale do Úr. Em alemão, ur é o prefixo utilizado para designar o “mais antigo e originário” – como *urstaat*, ou Estado Primordial, mais antigo.

6 Para consulta: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/6620/o-estado-de-direito-gregario>.

“coisas”, aos objetos, ao nosso entorno e de tudo que está ao nosso alcance – inclusive ao alcance da imaginação. Essa técnica (metodologia, atualmente) acabou por revelar quem somos nós de fato, em mutação, transformação ou continuidade modificada.

Não é à toa que Raul também compôs outra belíssima e enriquecedora canção sobre ser uma “metamorfose ambulante”⁷ – pois assim somos todos nós: um tipo de contínuo em descontinuidade, transmutando-se a cada encontro ou à espera. O nome científico (antropológico) dessa “inventividade humana” – esse contínuo em descontinuidade –, que a tudo modifica, em busca de sucessivas ressignificações, é Bricolagem⁸. Nossos avós, as pessoas mais simples ou necessitadas (algumas oportunistas) o sabem perfeitamente: desde o “gato” que furta energia até a engenhosidade de se transformar o tampo de uma grande e pesada mesa em prateleiras para alocar livros – aliás, essa Bricolagem da mesa é apenas uma das que já fiz.

O mais notável do método neolítico (a Bricolagem), além da contínua inventividade e ressignificação, é a ação pela preservação de recursos, o anticonsumismo. A isso chamamos de reciclagem, atribuindo-se novos usos, atendendo-se a outras necessidades, sem desperdício desnecessário de materiais e sempre em conformidade à economia de energia vital, do meio ambiente.

Tendo-se dito isso, pode-se afirmar que o Método do Neolítico deveria estar em toda base curricular, desde o ensino médio – política, arte, técnica –, afinal, nada parece ser mais humano do que isso: a cada descoberta, uma reinvenção de si, dos outros ou das “coisas todas”. Arrisco-me a dizer que Raul sabia que não éramos simples coisas. Tanto quanto tenho certeza de que nada é mais prejudicial à Ciência, à racionalidade humana ou a nós mesmos como indivíduos, do que a crença em um tipo de “método mais metódico”, seja ele uma “oferta gratuita” do materialismo ou o encantamento vindo em infintas “subjetividades idealistas”. Nada pior para a (auto)consciência sobre o humano do que a crença no caminho único, na rua de mão única – notadamente porque isso tudo costuma terminar em becos sem saída.

Em suma, como outro exemplo, veja que curiosa esta associação portuguesa: a vereança é atribuída ao ato de zelar pelas veredas. Em Portugal, vereador era o sujeito que cuidava das cidades. Ou seja, era sinônimo de cuidador. Como indicou o inesquecível Otto Lara Rezende, vereador vem de “veredas”, como um abre-alas que areja e mostra o interior das ações e permite a troca interior-exterior entre o público e o privado, sem a promiscuidade conhecida, uma vez que as veredas abertas permitem que se observe o interior das relações públicas manifestas. O oposto disso, sem dúvida – em que pese todas as formas autocráticas eclodidas desde os auspícios do Estado Moderno –, é a interposição das negações sistêmicas e sistemáticas da isonomia, da equidade, do que se pode chamar de *Verdade Pública*. No sentido propriamente

7 Na canção de Raul: “Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante...Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”. Contudo, há outra metamorfose – capaz de matar a inventividade – mais ajustada ao Fascismo resiliente e que nos foi contada por Kafka (1997). Como “tudo que é sólido desmancha no ar” (MARX & ENGELS, 1993), hoje a era atual da Sociedade de Controle (DELEUZE, 1992) corresponde à liquidez (BAUMAN, 2013) e insignificância do Outro (BAUDRILLARD, 1990), de nós, de tão diluídos que estamos em relação aos sentidos reais da vida civil e dos significados mais óbvios à humanização.

8 Para consulta: <https://jus.com.br/artigos/7692/serendipidade-bricolagem-consiliencia>.

pós-moderno, há a denominação de Estado-plataforma⁹, com a total privatização do espaço público – em justaposição-contraditória à publicização (rentável, lucrativa) da intimidade e da privacidade.

Isso é poesia política, por si, e para nossos sentimentos presentes e futuros. Quem de nós já se dispôs a zelar por algum arbusto, por uma vereda próxima de sua casa, do *oikós* que não siga indiferente à Polis?

Por tudo isso, Ética e honestidade são obrigatórias, não são qualidades especulares, são avós de uma acesa liberdade de ensinar e de aprender – como está expresso na Constituição Federal de 1988 (arts. 205-207)¹⁰.

Por fim, é com esse escopo que apresentamos uma disciplina ofertada pelo Departamento de Educação da UFSCar, **Educação, Estado e Poder**:

A disciplina “Educação, Estado e Poder” justifica-se pela existência de uma trínca de significados/conceitos dos mais atuais e aderentes à formação integral e humanizante de nossos estudantes – especialmente nesse quarto de século XXI. Além do fato de os conceitos que a intitulam se comunicarem, imediatamente, com outros pares: Ciência e conhecimento; Institucionalidade e Direito; Cidadania e Participação Social. Esse é o objetivo maior da disciplina, provocar e estimular reflexões acerca da interação social e da convivialidade diante das imposições políticas, éticas e institucionais. A disciplina recompõe uma base técnica/teórica; porém, seu desenlace somente se efetiva a partir das pesquisas e das conversações em sala de aula. Alinham-se, portanto, variações das Ciências Sociais com crescimento e amadurecimento individual.

Neste início de 2022 – que nos aparece como 2020 disfarçado, enlutado –, você, como eu, não gostaria de entender um pouco do acontece na realidade? Não se trata da “ilógica realidade paralela de alguns e algumas, mas sim da real relação entre sociedade e Estado, por exemplo. Será que esse divisor entre Estado e governo, obrigatório, é tão claro assim? Será que a clivagem entre Estado e sociedade corresponde ao que o senso comum denominou de “desgoverno”? Realmente, há “desgoverno” no Fascismo ou tudo é artimanha do Fascismo resiliente?

3. O que é o estado?

Digamos que há infinitas formas de se definir o Estado, além de qualificá-lo – por exemplo, o que é o Estado brasileiro? Veremos aqui algumas respostas e também uma caracterização do Estado brasileiro.

A definição mais simples indica que o Estado é a instituição por excelência, à qual todas as demais instituições se subordinam, tais como a família, os grupos sociais, a própria sociedade e seus sistemas peritos (Giddens, 1991) públicos ou particulares – educação, saúde, segurança –, além dos setores privados (economia e mercado). Em correspondência a essa premissa, podemos agregar a ideia de que se trata de uma forma muito específica de organizar o poder – na forma do poder organizado e centralizado, exercido por

9 Para consulta: <https://www.agenciasindical.com.br/gigantes-da-web-viram-novo-estado-adverte-filosofo-frances/>.

10 Deixamos como sugestão o nosso canal no Youtube: <https://www.youtube.com/c/ACi%C3%A4AnciadaCF88/playlists>.

(e sobre) um povo, de forma soberana, em um determinado território (Dallari, 2000). Salienta-se, assim, a questão primordial: o que é o poder? (Lebrun, 1984).

Para cada “escola” ou encaminhamento conceitual, há uma certa Teoria do Estado. Na que expusemos, por exemplo, surge uma teoria clássica, no sentido de seminal, de participar dos momentos inaugurais, originais, da também chamada Teoria Geral do Estado (Jellineck, 2000).

Sob essa primeira divisa, podemos dizer que o atual Estado brasileiro apresenta uma distorção entre a realidade e a ficção (negacionismo), uma fenda entre os interesses sociais relevantes (vacinação pública, por exemplo) e as ações estatais – como se observássemos uma clivagem entre o próprio Estado e a sociedade. É a nossa Revolta da Vacina às avessas.

Outra assertiva nos dirá que o Estado é o grande escritório da burguesia (Marx; Engels, 1993). Para se contrapor a esse aparato de poder burguês, em especial, haveria a interposição de uma Teoria do Poder *revolucionário*, a ser promovida pela classe trabalhadora contra a burguesia e seus Grupos Hegemônicos de Poder (Lênin, 1986). Disso o Estado brasileiro, desde 2016, é um dos melhores exemplos mundiais, assim como foi o Chile de Pinochet sob o laboratório do neoliberalismo. Para o nosso caso, basta-nos lembrar da reforma trabalhista, que apenas destruiu as proteções básicas do trabalho frente ao capital mais bárbaro dos últimos tempos. No geral, no entanto, o “trabalho intermitente” – a uberização, que é muito pior do que a pejotização – só nos revela a revolta dos escravagistas. Aqui, de modo bem diverso, caberia uma Teoria Marxista do Estado (Hirsch, 2010).

Portanto, não seria difícil de concluir que os sistemas regulatórios e controladores do Estado brasileiro atual – mais do que em épocas recentes – estão voltados contra os trabalhadores, especialmente os pobres e negros. Dessa forma, a nomenclatura de Estado Penal (Wacquant, 2003) estaria mais do que adequada. Assim sendo, podemos pensar na terceira definição de Estado: um conjunto de instituições formais que propiciam a dominação racional-legal de um povo. Leia-se também o trabalho regulatório, controlativo-punitivo, exercido pela burocracia e pelo Direito. Chamou-se a esse conjunto institucional de Estado Racional (Weber, 1985). A esse prisma corresponderia uma Teoria do Estado, digamos, mais institucional, funcional, como exemplificação do Estado Social burocratizado (Fleiner-Gerster, 2006).

O recorte com nossa realidade, desde o Golpe de Estado de 2016, é inevitável. Podemos postular que se trata da imposição de um Estado de Exceção – aliás, juridicamente imposto com a intervenção federal no Rio de Janeiro, em 2018. É como se fosse um Estado de Sítio (art. 137 da CF88) pequeno, resumido, circunscrito a uma parte do território; o Estado de Defesa (art. 136 da CF88) é a outra perna desse tripé repressivo.

Tal cenário nos possibilita dizer que, no âmbito do jogo do poder, está acesa a Luta por Conservação (Hobbes, 1983) – tanto dos indivíduos quanto das instituições e da própria perspectiva societal. Isso porque a sensação é que a separação por completo entre Estado e sociedade (sobretudo, a partir de 2020) acirrou a incidência de ações estatais não correspondentes à fórmula simples do Poder Político organizado e centralizado – de acordo com a “evolução histórica” dos principais modelos da forma-Estado (Martinez, 2013).

Muitos ainda vão se lembrar daquele fatídico 2018 com as gravíssimas ameaças aos direitos fundamentais, especificamente contra as universidades públicas: o ataque ao ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC), Luiz Carlos Cancellier¹¹, que o levou ao suicídio, é um dos pontos altos desse Estado de Exceção (Agamben, 2004), e que aqui se plantou desde, ao menos, 2016. Isto é, o atual estágio da dominação racional-legal no Brasil é condizente com o desenho geral do Estado de Exceção – muitos também irão se recordar das tentativas de fazer o povo se voltar contra os professores e as professoras, caso algum(a) desses(as) pronunciasse o que se chamava de “discurso ou pregação ideológica”.

Na verdade, esse suposto “discurso ideológico” levanta uma questão de ensino e aprendizagem fundamental: será que existe discurso que não seja ideológico? No exemplo citado, o tal “discurso ideológico” não seria o exercício do direito de ensinar e de aprender (arts. 205 e 206 da CF88) com base no conhecimento científico, histórico e social? Sobre esse discurso ideológico não incide, exatamente, a obrigação docente de retirar as viseiras colocadas como ficção sobre a realidade? Pela lógica, não podemos entender que o malfalado “discurso ideológico”, no fundo, não é sinônimo da Educação Crítica e Libertária?

A partir desse último critério, podemos traçar as linhas gerais de uma forma derivada de Estado Fascista: militarização corporificada para atender aos piores interesses do capitalismo de barbárie – portanto privatizado, envolto nas armadilhas da negação da realidade em que atuam *iluminatis* contra o Iluminismo, sempre atentos às ordens do poder irracional ou da anti-ciência: essa, sim, uma clara definição de Ideologia. Todavia, para esse último sentido do Fascismo (Martinez, 2020), há mais duas variáveis que se ajustariam (ou não) ao Estado brasileiro atual: bonapartismo (Marx, 1978), cesarismo (Gramsci, 2000).

É certo que não há Estado pós-moderno (Chevallier, 2009) – por incapacidade lógica –, mas, se houvesse, o nosso estaria na Era das Trevas. Na verdade, é muito provável que nem tenhamos concluído todos os processos da chamada Revolução Burguesa – pelo menos não o fizemos no que diz respeito ao chamado Estado de Direito (Canotilho, 1999).

A questão derradeira, seguindo-se esse conjunto de observações, é: **A Educação Pública no Brasil está baseada no conhecimento científico, sendo moldada de forma crítica, democrática, emancipatória e libertária?**

Pensem no resultado das eleições de 2018...quanta crítica popular foi depositada nas urnas?

Enfim, façamos todos nós essa reflexão, a sós e coletivamente: será que realmente educamos o cidadão e a cidadã? (Canivez, 1991).

Considerações sobre o fim que não vem

Por fim, finalizo com uma tentativa pessoal de me fazer cancionero – contra o Fascismo, em resistência à apologia do ódio. Como se sabe, falar de Amor é o ato mais revolucionário possível, sobretudo quando vivemos sob a “compulsão da morte” (*Viva la muerte* – diziam os falangistas espanhóis):

11 O caso pode ser lido em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/suicidio-de-reitor-da-ufsc-foi-um-ato-politico-diz-autor-de-livro-sobre-o-caso>.

Cante o amor

Tem amores diferentes

Ascendentes ou decrescentes

Tive todos

Não me arrependo de nenhum

Não sonho com nenhum outro

Hoje vou apenas dormir

Amanhã vou apenas acordar

*Esse relógio é a minha vida
Não é de mais ninguém*

Isso não é música

É só um tom

*Eu ainda amo
Mas não como antes*

*Meu amor é a minha dor
Não é você*

*Queria cantar isso
Não pra você
Pra mim*

Quem pode dar som ao amor...

*Não é uma pergunta
Um dia será sua resposta*

*Durmo
Eu vigio*

O vício tá no meu nome

Quem não ama, não dorme

Quem ama dorme pouco

Eu durmo por ti

Se você leu o texto todo, se chegou até aqui interagindo com os links, facilmente concluiu que esse texto é um tipo de Objeto Criativo da Bricolagem (Martinez, 2001). Também é um exemplo de justificativa, além de uma tentativa de operar e refletir por meio da interdisciplinariedade. Como dizemos há bom tempo, não se faz Ciência e Educação com cara feia: não precisamos de *casmurros*, até mesmo porque a vida comum do “homem médio” (no conceito não cabe apóstrofe de machismo) é muito pesada, negativada – como seu contracheque – e também porque costuma resultar em anomalias, em fantasias de autoridade, típicas dos *Alienistas* (Machado de Assis, 2014).

Já conhecemos bem as *Vidas Secas* (Graciliano RAMOS, 2003), não precisamos de mais caras feias. O Fascismo resiliente se incumbe disso. Precisamos, isto sim, é de um Brasil moderno (Ianni, 1994), bem avaliado, recuperado e reconstituído com base na Ciência, na Educação e na Polis. De outro modo, teremos a nos seguir a eterna sombra das promessas descumpridas – como um país do “quase lá” e que “quase sempre” entrega o “quase nunca”.

De nossa parte, seguimos acompanhando o mestre, o professor das professoras e dos professores: “Não te esperarei na pura espera / Porque o meu tempo de espera é um / Tempo de quefazer” (FREIRE, 2000 - frontispício). Essa é uma das nossas eternas veredas, no caminho dos saberes inesquecíveis (Morin, 2000).

Referências

- ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor. Educação, democracia e Direitos Humanos. **Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos**, São Paulo, mai. 1997.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARENDT, Hannah. A Crise na Educação. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BENEVIDES, Maria Victoria. Educação para a democracia. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**. São Paulo, 38, 1996a.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CANDIDO, Antonio. Tendências no desenvolvimento da sociologia da educação. In: FORACCH, Marialice Mencarini (org). **Educação e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

- CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.
- CANOTILHO, José Joaquim Goes. **Estado de Direito**. Lisboa: Gradiva, 1999.
- CHACON, Vamireh. **A construção da brasilidade: Gilberto Freyre e sua geração**. São Paulo: Marco Zero, 2001.
- CHEVALLIER, Jacques. **O Estado Pós-Moderno**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DURKHEIM, Émile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: FORACCH, Marialice Mencarini (Org.). **Educação e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- EINSTEIN, Albert. **Escritos da Maturidade: Ciência, Religião, Racismo, Educação e Relações Sociais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.
- FERNANDES, Fernandes. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FERNANDES, Fernandes. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.
- FLEINER-GERSTER, Thomas. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. In: Carlos Nelson Coutinho (Org.). **Nicolau Maquiavel II**. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais: o Princípio Educativo**. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000c.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revam, 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Coleção Os Pensadores. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

INTÉRPRETES DO BRASIL. Volumes I, II, III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.

JELLINEK, Georg. **Teoria General del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder?** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LÊNIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

MACHADO DE ASSIS. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A mandrágora**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. **Fascismo Nacional – Necrofascismo**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. **Teorias do Estado: metamorfoses do Estado Moderno**. São Paulo: Scortecci, 2013.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. **A rede dos cidadãos: a política na Internet**. Tese de doutorado. São Paulo : Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Escritos de juventud**. 1ª reimpressão. México : Fondo de Cultura Económica. 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelman**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes: 2003, pp. 03-08.



MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILLS, Charles Wright. **Educação e classe social**. In: FORACCH, Marialice Mencarini (Org.). *Educação e Sociedade*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1979.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo : Cortez; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, Saber, Produção em Marx e Engels**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PAIVA, Vanilda; RATTNER, Henrique. **Educação permanente & capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1985.

RAMOS, Graciliano. **Relatórios do prefeito de Palmeira dos Índios**. Coleção EntreLivros. São Paulo: Record: 2006.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 91ª ed. São Paulo: Record, 2003.

ROBERTS, J. M. **O livro de ouro da história do mundo: da pré-história à idade contemporânea**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

SAVIANI, Dermeval & DUARTE, Newton. **Pedagogia Histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1987.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

WEBER, MAX. **Ciência e Política: duas vocações**. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

WEBER, MAX. O Estado Racional. In: **Textos selecionados (Os Pensadores)**. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 157-176.